



OUTORGA DE USO DE RECURSO HÍDRICO Nº 062/2026 1ª Alteração

O INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS – IPAAM, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei estadual nº 3.167 de 27 de agosto de 2007, o Decreto estadual nº. 28.678 de 16 de junho de 2009, regulamentada pela portaria normativa SEMA/IPAAM nº 12 de 20 janeiro 2017, autoriza a outorga de direito de uso de recurso hídrico a:

INTERESSADO: Manaus Ambiental S/A.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: Av. André Araújo, nº 1981 A, Aleixo, Manaus-AM.

CNPJ/CPF: [REDACTED] 264 [REDACTED]

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 041.419.23-5

FONE: (92) 98 [REDACTED]-2 [REDACTED]

PROCESSO No: 08230/2026-11

E - MAIL: [REDACTED]@com.br

ATIVIDADE: Lançamento de Efluentes Domésticos.

CONDIÇÕES DE USO E INTERVENÇÃO

LOCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE: Avenida Desembargador João Machado, s/nº, Alvorada, nas coordenadas geográficas: 03º04'25,2"S e 60º01'56,6"W, Manaus-AM.

BACIA HIDROGRÁFICA/CORPO RECEPTOR: Bacia do São Raimundo/Igarapé do SESC

CARGA DE DBO: 78,27% ETED

FINALIDADE: Tratamento de Efluente Doméstico

VAZÃO DE LANÇAMENTO (M³/H): 162 m³/h

PERÍODO DE BOMBEAMENTO: 24 horas/dia; 30 dias/mês; 12 meses/ano.

PRAZO DE VALIDADE DESTA OUTORGA: 1.816 DIAS.

Atenção:

- A outorga de direito de uso de recursos hídricos é o ato administrativo mediante o qual o poder público outorgante (União, estado ou Distrito Federal) faculta ao outorgado (requerente) o direito de uso dos recursos hídricos, por tempo determinado.
- Este ato administrativo contém em seu verso **11 obrigações do outorgado.**
- A outorga de direito de uso de recursos hídricos não substitui o licenciamento ambiental da atividade.
- A cobrança pelo uso de recursos hídricos será realizada após a fixação de valores de acordo com Art. 25 da lei estadual 3.167 de 27/08/2007 com base no Plano Estadual de Recursos Hídricos.

Manaus-AM, 25 de Maio de 2026

Assinado digitalmente
Maria Luziene da Silva Alves
Diretora Técnica

Assinado digitalmente
Gustavo Picanço Feitoza
Diretor Presidente





OBRIGAÇÕES DO OUTORGADO Nº 062/2026 1ª Alteração

1. A outorga entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado ficando a publicação sob a responsabilidade do outorgado, devendo a cópia ser encaminhado a este IPAAM.
2. Esta outorga está sendo concedida com base nas informações que constam no **processo nº 08230/2026-11**.
3. As condições de outorga avençadas neste ato poderão ser alteradas ou suspensas, sem que caiba indenização a qualquer título, além das situações previstas na legislação pertinente.
4. Qualquer ampliação reforma ou modificação que alterem as condições outorgadas de forma permanente ou temporária, deverá ser objeto de outro requerimento, a sujeitar-se aos mesmos procedimentos que deram origem a este documento;
5. O outorgado responderá civil, penal e administrativamente por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer do recurso hídrico outorgado.
6. A outorga de uso de recursos hídricos não dispensa nem substitui a obtenção pelo outorgado de certidões, alvarás ou licenças de quaisquer naturezas, exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.
7. O outorgado deverá apresentar requerimento junto à autoridade outorgante com antecedência de 120 (cento vinte) dias do término da validade da outorga, para a renovação da mesma;
8. Enquanto não estiverem definidos os parâmetros de classificações e os enquadramentos de corpos de água de domínio estadual, utilizar-se-á, subsidiariamente o disposto nas seguintes resoluções CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005 e CONAMA nº 430, de 13 de maio de 2011.
9. O interessado deverá executar o monitoramento bimestral e apresentar, semestralmente, os laudos físico-químicos das análises físico-químicas e bacteriológicas do efluente, coletadas na entrada e na saída do sistema de tratamento, em conformidade com as condições e os padrões estabelecidos no art. 16 da Resolução CONAMA nº 430/2011. As análises deverão ser realizadas por laboratório credenciado junto ao IPAAM, contemplando, no mínimo, os seguintes parâmetros: **pH, materiais sedimentáveis, ausência de materiais flutuantes, dureza total, condutividade elétrica, turbidez, cor verdadeira, fósforo total, substâncias solúveis em hexano (óleos e graxas), sulfeto, nitrogênio amoniacal, nitrato, nitrito e sólidos dissolvidos totais, DBO's, DQO, coliformes totais e termotolerantes e temperatura**, devendo os laudos ser acompanhados de parecer conclusivo e da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional habilitado. Os laudos supracitados deverão estar acompanhados de relatório fotográfico, contendo imagens georreferenciadas e datadas, referentes ao ato da coleta das amostras. Na hipótese de lançamento de efluente em desacordo com os parâmetros estabelecidos, deverá ser encaminhado relatório técnico circunstanciado, contendo as devidas justificativas e as medidas mitigadoras adotadas.
10. O interessado deverá executar o monitoramento **bimestral** e apresentar, **semestralmente**, laudo físico-químico das amostras coletadas a montante, na zona de mistura e a jusante em relação ao ponto de lançamento no corpo hídrico receptor, em conformidade com as condições e os padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 357/2005, art. 15. O laudo deverá ser acompanhado de parecer conclusivo e da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional habilitado. Deverá, ainda, estar acompanhado de relatório fotográfico contendo imagens georreferenciadas e datadas, referentes ao ato da coleta das amostras.
11. **A concessão desta Licença invalida qualquer outro documento expedido pelo IPAAM, para autorização da atividade a que a mesma se refere.**



MODELO PARA PUBLICAÇÃO CONCESSÃO DE LICENÇA

DE ACORDO COM O DECRETO ESTADUAL Nº. 28.678/2009

Manaus Ambiental S/A, torna público que recebeu do IPAAM, a Outorga de Uso do Recurso Hídrico n.º 062/2026 1ª Alteração, que autoriza o Lançamento de Efluentes Domésticos, localizado na Avenida Desembargador João Machado, s/nº, Alvorada, nas coordenadas geográficas: 03º04'25,2"S e 60º01'56,6"W, Manaus-AM, com validade de 1.816 dias.

NOTA: Este Modelo pode ser publicado em Diário Oficial do Estado, de acordo com o art. 57 do Decreto Estadual nº 28.678 de 2009, regulamentado pela Lei nº 3.167 de 27 de agosto de 2007.

